

## Darwin, materialismo radical e singularidade humana

Eliane Sebeika Rapchan\*

Charles Darwin está entre um dos primeiros a sugerir a relevância de se promover o estudo comparativo do comportamento dos animais, seres humanos incluídos, como um procedimento adequado para se compreender os processos evolutivos e o próprio comportamento. A expansão desta abordagem nas últimas décadas, em especial a desenvolvida pelos primatólogos, tem se tornado particularmente incômoda para os cientistas sociais já que têm circulado publicações que afirmam a existência de “tradições” entre os grandes símios (Fragaszy, 2003), “culturas de chimpanzés” (Whiten et al., 1999, Wrangham et al., 2001) e “disputas maquiavélicas” entre os chimpanzés (De Waal, 2000), sexo por prazer entre os bonobos (De Waal, 2007 ) temas, por assim dizer, tidos como marcadores da humanidade e tomados como matéria-prima exclusiva dos cientistas sociais.

Em fevereiro de 2009 completaram-se 200 anos do nascimento de Darwin e as idéias deste homem gentil, discreto e amigável, pensador criativo e pesquisador rigoroso (Browne, 2007) estão entre os mais polêmicos produtos intelectuais já produzidos. Ainda nesse ano, em outubro, seu mais famoso livro, *A origem das Espécies* completará 150 anos desde sua primeira publicação. E, apesar da grande polêmica gerada em torno desse trabalho, vale lembrar que nele, Darwin evitou intencionalmente tratar de duas questões espinhosas, desdobramentos esperados de sua abordagem, mas que ficaram ocultos no texto: o problema da origem da vida e o tema da origem humana (Browne, 2007). Foi somente anos mais tarde, em 1871, que veio a público o livro *A origem do homem e Seleção em relação ao sexo* seguido, em 1872, por *A expressão das emoções nos homens e nos animais*. No conjunto, estas três obras simplesmente afirmam a origem da vida a partir de causas exclusivamente materiais, conduzem à idéia de evolução a partir de um ancestral comum aplicando esse princípio a todas as formas de vida inclusive a humana, incluindo o ser humano na categoria animal e, por fim, associam comportamentos e emoções, inclusive os humanos, aos processos evolutivos. Assim, enquanto muitos festejam e celebram os aniversários de Darwin e d'*A origem das espécies* muitos, se pudessem, fariam tudo para silenciar definitivamente o aniversariante e suas idéias.

Vou explorar aqui duas idéias darwinianas, entre as mais radicais. A primeira refere-se à concepção materialista de que toda a vida origina-se e modifica-se, desde sua origem, a partir de causas absolutamente materiais. A segunda, desdobramento da primeira, inclui todo o comportamento, inclusive o humano, no conjunto de fenômenos resultantes de causas materiais. Sem entrar no mérito do efervescente debate Evolucionismo *versus* Criacionismo, que resultaria em outro tipo de artigo, gostaria de encaminhar o debate para um terreno em que as fronteiras são mais sutis, complexas e movediças. Trata-se da crescente vaga que tem estimulado, desde 1960, a ampliação das comparações entre o comportamento humano e o comportamento dos grandes símios a partir de perspectivas evolucionistas das relações (possíveis) deste fenômeno com as ciências sociais, particularmente a antropologia sociocultural.

A perspectiva materialista não é, absolutamente, estranha aos cientistas sociais mas, em

---

\* Doutorado em Ciências Sociais (UNICAMP) e Pós-Doutorado em Psicologia (IP – USP). Professora do Departamento de Ciências Sociais da UEM, professora dos programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PGC - UEM) e em Educação para a Ciência e o Ensino de Matemática (PCM – UEM) e pesquisadora associada do Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos (LEEH – IB – USP).

que pesem as várias facetas de suas manifestações no pensamento antropológico, político ou sociológico, sob a influência de Marx ou não, que aliás ao lado de Engels era um grande entusiasta do materialismo à moda darwiniana, desde o início do século XX e mais homoganeamente a partir do final da II Guerra Mundial, a causalidade materialista nas ciências sociais restringe-se à causação dos fenômenos sociais a partir da determinação exclusiva da ação humana, consciente ou inconsciente, organizada ou caótica, individual ou coletiva. Ou seja, parte-se do humano pronto, “evoluído”, produtor e produto da sociedade e da cultura em que está inserido para daí abordar questões de cultura, sociedade ou política.

Não há grandes questionamentos acerca da validade das idéias darwinianas sobre a origem humana mas é como se, a partir da emergência da cultura e da vida social, e quase nenhum cientista social quer realmente saber como se deram os processos evolutivos e/ou adaptativos para chegarmos a ser o que somos, tivesse surgido uma “segunda natureza” – a cultura e a sociedade – que se impõe sobre a “primeira natureza”, o corpo biológico, a herança genética, as predisposições inatas. Aliás, o que predomina é a concepção de que o recém-nascido, que já se desenvolve no útero imerso em uma cultura, é uma espécie de “tábula rasa” sobre a qual se deposita sua herança humana. Em resumo, para a maioria dos cientistas sociais, não importam os processos evolutivos anteriores à cultura, não se discute se o ser humano continua evoluindo (em silêncio acredita-se que não) e afirma-se constantemente a total autonomia dos fenômenos socioculturais em relação aos fenômenos biológicos.

Essa homogeneização de concepções em relação às biociências da parte dos cientistas sociais é, em parte, resultado de uma reação, legítima, aos processos perversos que resultaram da associação etnocêntrica entre determinados grupos étnicos, de fato todos aqueles que não se classificavam entre os europeus ocidentais urbanos, e certos traços de caráter e comportamento apresentados de modo pejorativo, a partir de perspectivas etnocêntricas. Com base nesta premissa, muito preconceito e muita xenofobia manifestaram-se tanto em idéias artísticas e acadêmicas quanto em ações de grupos dominantes e de Estados promovendo o genocídio e o etnocídio.

Assim, à medida em que as ciências sociais estabeleciam-se como formas autônomas de pensamento, os modelos biológicos foram sendo abandonados e foram sendo reunidos subsídios para criticar consistentemente o determinismo geográfico e o evolucionismo cultural resultando num distanciamento crescente entre as ciências sociais e as biociências. O problema é que a recusa em reconhecer o conhecimento produzido pelas biociências nas últimas décadas têm levado os cientistas sociais a uma espécie de 'biofobia' e tem fixado suas concepções numa biologia pré-darwiniana. Em contrapartida, o isolamento das biociências frente às ciências sociais faz com que as primeiras ignorem mais de um século de estudos antropológicos e sociológicos minuciosos e rigorosos sobre comportamento humano, ignorando o poder teórico e metodológico dos trabalhos de campo orientados pela etnografia para tratar de relações complexas no interior de um grupo ou entre grupos.

Em que pesem as observações sobre as coincidências e dissidências entre estas duas grandes áreas do conhecimento, por exemplo, as influências de Lamarck tanto sobre as ciências sociais americanas (Stocking, 1984) quanto sobre as análises de Darwin acerca do comportamento sob perspectiva evolucionista (Richards, 1989) ou as diferenças metodológicas e epistemológicas entre as ciências sociais e as biociências, o que temos hoje é uma expansão consistente dos estudos de comportamento, que incluem os grandes símios (bonobos, chimpanzés, gorilas e orangotangos) e os humanos sob perspectiva

evolucionista e comparativa.

Ou seja, desde a década de 1960, as pesquisas continuadas e prolongadas sobre comportamento de grandes símios (e outros primatas, outros mamíferos e mesmo aves) realizadas em seus habitats originais ou em cativeiros controlados que oferecem condições mínimas de bem estar como é o caso de alguns zoológicos, parques, santuários e laboratórios (NOTA 1), revelaram que muitos dos comportamentos que se acreditava serem exclusivamente humanos são encontráveis em outras espécies.

Com referência apenas aos chimpanzés, os animais mais estudados (depois dos humanos) e os que possuem o genoma mais semelhante ao nosso (entre 95 e 98%) há elementos fascinantes e surpreendentes. A adoção de métodos que contemplam observação prolongada, sistemática e desenvolvida pelo mesmo núcleo de pesquisadores, associada à identificação dos primatas por nomes, a caracterização de grupos e famílias e a produção de histórias de vida tornou-se, então, uma prática disseminada nos estudos sobre comportamento de grandes primatas. Esses procedimentos interferem significativamente na qualidade e no volume do material coletado.

Desde que Jane Goodall relatou a Louis Leakey o uso de ferramentas entre os chimpanzés de Gombe, ao que ele teria replicado com uma frase mais ou menos assim: 'Bem, se é isso, ou teremos que rever nossa concepção de ferramenta ou teremos que rever nossa concepção de humano' (Goodall, 1991), muito mais se descobriu. Das ferramentas a abordagem expandiu-se para o uso e produção de outros objetos em outros contextos, como a construção de ninhos. Identificou-se, também, que cada grupo de chimpanzés possui padrões próprios para a fabricação e utilização de objetos. Assim, em diferentes grupos, os primatólogos verificaram a utilização de folhas como esponjas para absorção de líquidos, como proteção envolvendo pés, mãos ou servindo como assentos além da confecção e disposição de ninhos e a utilização de galhos ou folhas para “pescar” formigas e cupins. Entretanto, há questionamentos sobre se a escolha de folhas enroladas ou gravetos para “pesca” e a utilização de folhas como “calçados”, “luvas” e assentos não está mais relacionada a variações ambientais do que a escolhas intencionais dos chimpanzés.

Outras surpresas seguiram-se quando as atenções dos pesquisadores voltaram-se para a dimensão coletiva da vida dos chimpanzés. Na África, as populações chimpanzé organizam-se em unidades de 19 a 106 membros, formados por diversos machos e fêmeas que adotam estratégias reprodutivas diversas. Toshisada Nishida, que desenvolve, desde 1965, trabalho no Parque Nacional das Montanhas Mahale, propôs um modelo para a organização dos grupos de chimpanzés que chamou “unit-group”, rebatizado de “community” pelos primatólogos ocidentais. A partir daí, os dados de campo sobre chimpanzés foram somando-se em favor de apontar evidências que levaram os pesquisadores a defender a existência de organização social, bem como a importância da vida social para seu pleno desenvolvimento e bem estar.

O pequeno grupo formado por fêmeas e seus filhotes dependentes é o mais estável no interior de uma população chimpanzé e costuma estender-se até a vida adulta. Os outros grupamentos, constituídos na base da afinidade, aliança e atração sexual são mais fluídos, o que fez os pesquisadores adotarem a expressão sociedade de fusão-fissão. Os vínculos entre machos adultos costumam ser mais fortes que entre fêmeas e desempenham papel central na patrulha das fronteiras e no controle sexual das fêmeas, pois um grupo chimpanzé costuma manifestar intensa animosidade contra seus vizinhos de mesma espécie, o que não quer dizer que não haja uma espécie de “sexo na fronteira” para as fêmeas que conseguem burlar a vigilância. Por outro lado, apenas as fêmeas saem de seu

grupo de nascimento e o fazem quando são adolescentes e estão no estro, mas as fêmeas cujas mães possuem alto status social não costumam abandonar seu grupo. O alto status de uma mãe pode também beneficiar seu filhote macho, aumentando suas possibilidades de tornar-se alpha. Nesse processo, o comportamento sexual dos chimpanzés, que já foi classificado como promíscuo e instintivo, passou a ser observado pela ótica das estratégias reprodutivas.

Quando os grupos de chimpanzés passaram a ser identificados como grupos sociais, foi possível analisar as interações que estabelecem entre si pelas chaves da aliança e do conflito, observando a importância do *status* e das vantagens adquiridas por cada chimpanzé no interior de seu grupo, bem como os ganhos advindos de suas capacidades de dissimular diante dos mais fortes, o potencial para reagir diante do inesperado e a transmissão de conhecimento adquirido aos mais jovens, mediados pelo que os pesquisadores têm chamado de “tradição”.

A observação sistemática e prolongada do comportamento de cada grupo associada a análises comparativas, possibilitou aos pesquisadores a identificação de padrões de comportamento próprios a cada população de chimpanzés. As comparações possibilitaram, ainda, a definição de variações, padrões e permanências, de grupo a grupo, com relação a fenômenos tais como a catação ou 'cafune' (*grooming*), as capacidades cognitivas e comunicativas, as motivações para conflitos, os mecanismos de apaziguamento, o cuidado parental, as práticas de forrageio, as estratégias de reprodução, as expressões corporais como formas de comunicação, a produção e o uso de ferramentas, as relações entre fêmeas, filhotes, irmãos e o resto do grupo, a dinâmica e os mecanismos de produção de *status* e hierarquia.

Estas “tradições” comportamentais, para as quais os chimpanzés estão habilitados ao nascer mas que são aprendidas no interior do próprio grupo, são repassadas no interior do mesmo grupo, de geração a geração, e caracterizam-se pela variabilidade e pela pluralidade. Ou seja, variam de população a população e são plurais com relação ao mesmo quesito. Por exemplo, as posturas corporais adotadas no *grooming* ou as ferramentas utilizadas para “pescar” cupins de um grupo não são idênticas, se comparadas a outros. Além disso, quando se trata de chimpanzés que vivem em seus *habitats* originais, os pesquisadores têm tomado o cuidado em verificar se os comportamentos não foram adquiridos de seres humanos.

Apesar de existirem debates com relação à importância das pressões do meio sobre a dinâmica dos comportamentos, a importância da descoberta é inegável e o passo seguinte tem sido investigar os mecanismos acionados na transmissão de comportamentos, o que implica observar os processos cognitivos, a capacidade de imitação, a facilitação aos filhotes pela mãe da observação de algumas de suas condutas e a existência, ou não, de uma “pedagogia dos chimpanzés”. Os indícios levantados até o momento favorecem a identificação da existência dos três primeiros, mas há sérias dúvidas com relação à existência de aprendizado e de uma atitude intencional em ensinar. Ou seja, provavelmente, cada pequeno chimpanzé “reinventa a roda”, pulando algumas etapas graças ao que pôde observar com os mais velhos.

Em laboratório, os primatólogos também têm coletado um arsenal de surpresas. Têm, por exemplo, verificado que os chimpanzés são capazes de reconhecer faces de outros chimpanzés e de seus parentes próximos, exclusivamente através de fotografias. Chimpanzés que aprenderam a ALS (Linguagem Americana de Sinais) ensinam aos menores e são capazes de intuir palavras ou criar outras (Fouts e Mills, 1998). Chimpanzés

conseguem avaliar situações diversas e são capazes de dissimular a presença de alimento diante de um macho alpha para, em sua ausência, poder comer sozinho ou ainda usam critérios sobre condutas anteriores de seus companheiros com relação à divisão de alimento para distribuir, no presente, o alimento obtido.

A reunião e a abordagem comparativa do material recolhido referente ao comportamento de diferentes grupos de chimpanzés levou um conjunto de alguns dos maiores estudiosos do assunto a afirmarem a existência de “culturas de chimpanzé”, devido à identificação dos fenômenos relacionados à aquisição, à variabilidade e à transmissão de comportamentos duráveis e generalizáveis em populações distintas.

A questão é, além de surpresa de uns e da indignação de outros, o que se pode pensar sobre tudo isso, a partir de perspectivas antropológicas de orientação social e cultural? Em primeiro lugar, reconhecer a importância e o alcance das idéias de Darwin, inclusive no que se refere ao comportamento humano pois, se há uma autonomia na dinâmica dos fenômenos socioculturais, parece estar cada vez mais próximo o momento em que precisaremos reconhecer que a predisposição à vida social e a capacidade para produzir cultura são resultantes de processos evolutivos.

Em segundo lugar, analisar cuidadosamente a concepção de “culturas de chimpanzé” e verificar que há um limite nas evidências levantadas que impede a aceitação do termo. Isso porque a riqueza do comportamento dos chimpanzés, o repasse do mesmo de geração a geração e mesmo a variabilidade identificada entre diferentes grupos não dão conta de um fator essencial na concepção antropológica de cultura, ou seja, a sua dimensão essencialmente simbólica. A capacidade simbólica humana, quando surgiu, invadiu todos os setores da vida e se reproduz em todos eles. Os chimpanzés, ao contrário, apresentam inteligências especializadas altamente desenvolvidas mas não integradas entre si através de uma “fluidez cognitiva” (Mithen 2002). Por isso, não é possível aceitar a concepção de que os comportamentos de chimpanzés sejam culturais.

Por fim, parece que o único consenso a que chegaram os antropólogos socioculturais acerca das inúmeras concepções distintas de cultura é realmente válido, ou seja, a cultura é um fenômeno essencialmente simbólico, mesmo sob uma perspectiva evolutiva (Rapchan e Neves 2005).

---

(NOTA 1): Para se saber um pouco mais sobre os maus tratos e a violência praticados contra animais em cativeiro, pode-se ler *Nossos Irmãos Esquecidos*, vários autores, publicado pelo GAP – Great Ape Project – Brasil (2004) ou *Libertação Animal* de Peter Singer (2004).

## Referências

- Browne, J. 2007. *A Origem das Espécies de Darwin* [Uma biografia], Rio de Janeiro: Zahar.
- De Waal, F. B. M. 2000. *Chimpanzee Politics: Power and Sex Among Apes*, Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- De Waal, F. B. M. 2007. *Eu primata*. Por que somos como somos, São Paulo: Cia. das Letras.
- Fouts, R. e Mills, S. T. 1998. *O parente mais próximo*, Rio de Janeiro: Objetiva.
- Fragzy, D. 2003. Making Space for Traditions, *Evolutionary Anthropology* 12: 61 – 70.
- Goodall, J. 1991. *Uma janela para a vida: 30 anos com os chimpanzés da Tanzânia*, Rio de Janeiro: Zahar.
- Rapchan, E. S. Neves, W. A. 2005. Chimpanzés não amam! Em defesa do significado, *Revista de Antropologia* 2(48), São Paulo, USP.

Richards, R. J. 1989. *Darwin and the emergence of Evolutionary theories of mind and behavior*, Chicago: University of Chicago Press.

Stocking, G. W. 1984. Lamarckianism in American Social Science, 1890-1925, *Race, Culture, and Evolution*, Chicago, University of Chicago Press.

Whiten, A. et al. 1999. Cultures in chimpanzees, *Nature* 399: 682-5.

Wrangham, R. W. et al. 2001. *Chimpanzee Cultures*, Chicago: Harvard University Press/Chicago Academy of Sciences.